

---

# ***Workshop* técnico sobre Auditoria Cooperativa**

---

# Análise da adequação da Resolução CMN 4.454/2015 sob a ótica da regulação prudencial por segmentação introduzidas pela Resolução CMN 4.553/2017

---

## OBJETIVOS

\* Realização de uma análise acerca dos efeitos dos normativos vigentes no que concerne as atividades de auditoria nas instituições financeiras, bem como sua adequação face ao novo conceito de regulação prudencial por segmentos introduzida pela Resolução CMN 4.553/2017.

---

# **COMPARATIVO AUDITORIAS OBRIGATÓRIAS ENTRE BANCOS E COOPERATIVAS DE CRÉDITO**

DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS TOTAIS – BASE 12/2017

---

Quadro 1 - Ativos totais em R\$ Milhões

Tipo de Consolidado Bancário	S1	S2	S3	S4	S5	Total	% SFN
Bancos (b1, b2, b4)	5.633.394	1.488.814	605.675	148.991	-	7.876.875	96,20
Cooperativas Singulares (b3S)	-	-	-	74.243	104.226	178.469	2,18
Cooperativas Centrais e Confederações (b3C)	-	-	18.716	58.761	16	77.493	0,95
<b>TOTAL</b>	<b>5.633.394</b>	<b>1.488.814</b>	<b>624.391</b>	<b>281.996</b>	<b>104.242</b>	<b>8.132.837</b>	<b>99,32</b>

Fonte: BACEN IF.DATA (12/2017)

## DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS TOTAIS – BASE 12/2017

---

Figura 1 - Comparativo de Auditorias Obrigatórias entre Bancos e Cooperativas de Crédito

BANCOS	Cooperativas Não Filiadas / Independentes	Cooperativas Filiadas Sistemas de 2 ou 3 níveis
AUDITORIA EXTERNA Resolução 3.198/2004	AUDITORIA EXTERNA Resolução 3.198/2004 Resolução 4.434/2015	AUDITORIA EXTERNA Resolução 3.198/2004 Resolução 4.434/2015
		SUPERVISÃO CENTRAIS Resolução 4.434/2015
	AUDITORIA COOPERATIVA Resolução 4.454/2015	AUDITORIA COOPERATIVA Resolução 4.454/2015
AUDITORIA INTERNA Resolução 4.588/2017	AUDITORIA INTERNA Resolução 4.588/2017	AUDITORIA INTERNA Resolução 4.588/2017

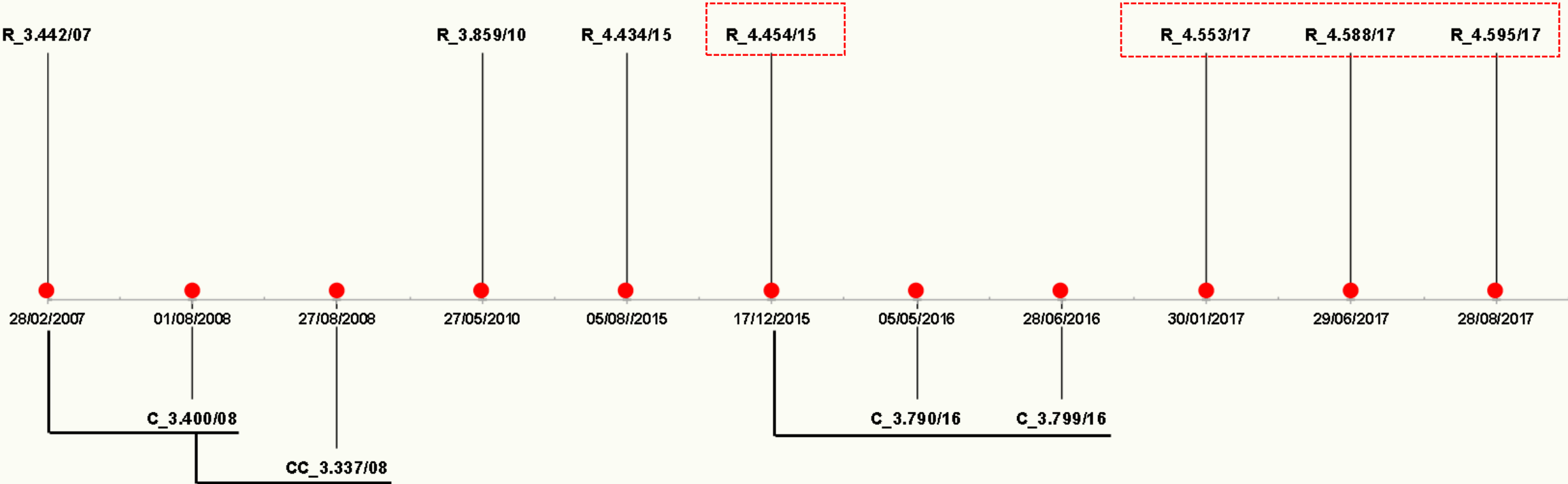
\* Bancos (b1, b2, e b4) representatividade de mais de 96 % do Sistema Financeiro Nacional e menor exigência de auditorias obrigatórias inferior às Cooperativas de Crédito;

\* Principalmente no tocante a chamada “Auditoria Cooperativa”, tipo de trabalho não presente na estrutura dos Bancos e nem outro similar denominado “Auditoria Bancária” por exemplo.

- maior exigência regulatória para as cooperativas de crédito, situação que difere das bases instituídas pela Resolução 4.553/2017;
- de acordo com o que propõe essa resolução, ao selecionarmos um Banco S4 e uma Cooperativa S4 a regulação deveria ser no mesmo nível de exigência em observância ao seu parágrafo único do artigo 1º que determina que:
- *“A aplicação proporcional da regulação prudencial deverá considerar o segmento em que a instituição está enquadrada e o seu perfil de risco.”*



# LINHA DO TEMPO DOS PRINCIPAIS NORMATIVOS



## Cenário quando da publicação da Resolução CMN 4.454/2015

---

- ausência de um normativo específico que regulasse a atividade de auditoria interna;
- Inexistência do conceito de regulação prudencial por segmentação de risco, implantado a partir da publicação da Resolução CMN 4.553/2017 a saber:

*Art. 1º Esta Resolução estabelece a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial, considerando o porte e a atividade internacional das instituições que compõem cada segmento.*

*Parágrafo único. A aplicação proporcional da regulação prudencial deverá considerar o segmento em que a instituição está enquadrada e o seu perfil de risco.*

*(Resolução CMN 4.553/2017)*

*Art. 2º As instituições relacionadas no art. 1º devem se enquadrar em um dos seguintes segmentos:*

*I - Segmento 1 (S1);*

*II - Segmento 2 (S2);*

*III - Segmento 3 (S3);*

*IV - Segmento 4 (S4); ou*

*V - Segmento 5 (S5).*

A proposta da Resolução CMN 4.553, foi de justamente adequar a regulação prudencial, bem como os custos de observância de acordo com o segmento a qual a instituição está inserida, de tal forma que diversas instituições com classificação idêntica tivessem o mesmo nível de regulação e exigência normativa.

---

# Resolução CMN 4.588/2017

# Obrigatoriedade

---

<b>Da atividade</b>	As instituições devem implementar e manter atividade de auditoria interna compatível com a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, o perfil de risco e o modelo de negócio da instituição.
<b>Realização</b>	<p>A atividade de auditoria interna deve ser realizada por unidade específica da instituição, ou de instituição integrante do mesmo conglomerado financeiro, diretamente subordinada ao Conselho de Administração (Art. 3º)</p> <p><b>Para cooperativas poder ser realizada por:</b></p> <p>Entidade de classe ou órgão central que a instituição seja filiada. Por entidade de classe de outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, mediante convênio.</p>

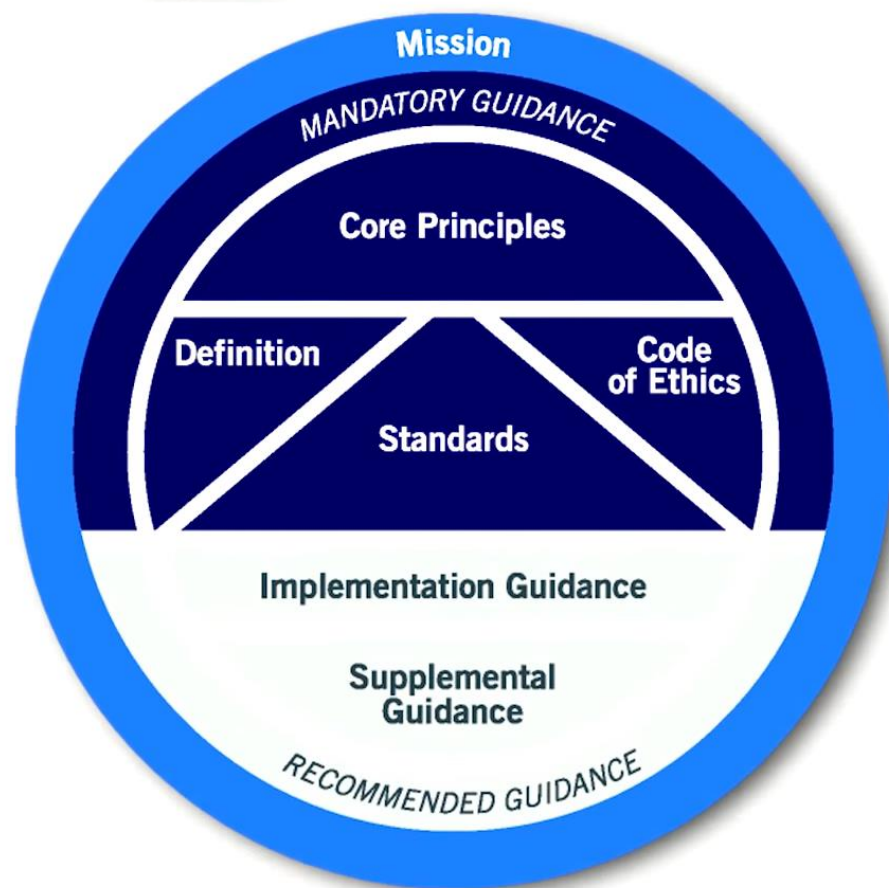
- alterou de forma relevante o cenário existente quando da publicação da Resolução 4.454/2015 que trata da auditoria cooperativa.
- exige a adequação às práticas internacionais conforme podemos observar em seu artigo 22 a saber:

*Art. 22. Na realização da atividade de auditoria interna, devem ser observadas as normas e procedimentos de auditoria estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e, no que não for conflitante com estes, aqueles determinados pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelo **Instituto dos Auditores Internos do Brasil**.*





International Professional  
Practices Framework



- 01 Código de Ética
- 19 Normas de Atributos
- 33 Normas de Desempenho
- 34 Orientações Implementação
- 27 Orientações Suplementares

## Quadro 1 Comparativo entre as Resoluções 4.588/2017 e 4.454/2015

Auditoria Interna Resolução 4.588/2017	Auditoria Cooperativa Resolução 4.454/2015
Artigo 12. No desempenho da atividade de auditoria interna, devem ser avaliados, pelo menos:	Artigo 3º. A auditoria cooperativa deve abranger a avaliação da instituição objeto de auditoria em relação:
I - a efetividade e a eficiência dos sistemas e processos de controles internos, de gerenciamento de riscos e de governança corporativa, considerando os riscos atuais e potenciais riscos futuros;	I - à adequação do desempenho operacional e da situação econômico-financeira;
II - a confiabilidade, a efetividade e a integridade dos processos e sistemas de informações gerenciais;	[ NÃO PREVISTO]

## Quadro 1 Comparativo entre as Resoluções 4.588/2017 e 4.454/2015

Auditoria Interna Resolução 4.588/2017	Auditoria Cooperativa Resolução 4.454/2015
III - a observância ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos organismos reguladores e aos códigos de conduta internos aplicáveis aos membros do quadro funcional da instituição;	II - à adequação e aderência das políticas institucionais;
	III - à formação, à capacitação e à remuneração compatíveis com as atribuições e cargos;
	IV - ao atendimento aos dispositivos legais e regulamentares, inclusive no que se refere:  a) à adequação dos limites operacionais e dos requerimentos de capital;  b) às regras e práticas de governança e controles internos;  c) à adequação da gestão de riscos e de capital;  d) à prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo;  e) ao crédito rural e ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) aplicáveis às instituições financeiras que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR); e  f) ao relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços financeiros.

# Quadro 1 Comparativo entre as Resoluções 4.588/2017 e 4.454/2015

Auditoria Interna Resolução 4.588/2017	Auditoria Cooperativa Resolução 4.454/2015
IV - a salvaguarda dos ativos e as atividades relacionadas à função financeira da instituição;	[ NÃO PREVISTO]
V - as atividades, os sistemas e os processos recomendados ou determinados pelo Banco Central do Brasil, no exercício de suas atribuições de supervisão.	[ NÃO PREVISTO]
<b>Artigo 13. Em relação à estrutura de gerenciamento de riscos e à estrutura de gerenciamento de capital, o escopo da atividade de auditoria interna deve contemplar a avaliação da adequação e da efetividade, no mínimo:</b>	
I - das políticas e das estratégias para o gerenciamento dos riscos de crédito, de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), operacional, de liquidez, socioambiental e demais riscos relevantes;	[ NÃO PREVISTO]
II - dos sistemas, das rotinas e dos procedimentos para o gerenciamento de riscos;	[ NÃO PREVISTO]
III - dos modelos para o gerenciamento de riscos, considerando as premissas, as metodologias utilizadas e o seu desempenho;	[ NÃO PREVISTO]
IV - do capital mantido pela instituição para fazer face aos riscos a que está exposta;	[ NÃO PREVISTO]
V - do planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição; e	[ NÃO PREVISTO]
VI - de outros aspectos sujeitos à avaliação da auditoria interna por determinação da legislação em vigor e da	

## Quadro 1 Comparativo entre as Resoluções 4.588/2017 e 4.454/2015

Auditoria Interna Resolução 4.588/2017	Auditoria Cooperativa Resolução 4.454/2015
Artigo 22. Na realização da atividade de auditoria interna, devem ser observadas as normas e procedimentos de auditoria estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e, no que não for conflitante com estes, aqueles determinados pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil.	[ NÃO PREVISTO]
Normas do Instituto dos Auditores Internos do Brasil	[ NÃO PREVISTO]
01 CÓDIGO DE ÉTICA	[ NÃO PREVISTO]
19 NORMAS DE ATRIBUTOS	[ NÃO PREVISTO]
33 NORMAS DE DESEMPENHO	[ NÃO PREVISTO]
34 ORIENTAÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO	[ NÃO PREVISTO]
27 ORIENTAÇÕES SUPLEMENTARES	[ NÃO PREVISTO]

---

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Observando o cenário exposto, e considerando a visão do Banco Central em racionalizar os custos de observância, conjugados com o padrão de regulação prudencial definido pela Resolução 4.553/2017, entendemos que deve haver uma reavaliação do objetivo da Resolução 4.454/2015 considerando as mudanças relevantes promovidas por resoluções publicadas posteriormente, principalmente pelas alterações introduzidas pela Resolução CMN 4.553 e 4.588.